



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

RESUMO EXECUTIVO da 3^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política
Indigenista

Brasília, 04 e 05 de Dezembro de 2024.

PAUTA da 3^a Reunião Ordinária do CNPI

1º dia de Reunião:

- Leitura do Resumo Executivo da 2^a Reunião Ordinária do CNPI;
- Apresentação dos Coordenadores das Câmaras Temáticas (CTs);
- Apresentação das ações e entregas do Governo Federal para os povos indígenas, na seguinte ordem:
 - SESAI;
 - FUNAI;
 - Ministério do Turismo;
 - Casa Civil;
 - Secretaria-Geral de Presidência;
 - Ministério da Educação;
 - Ministério do Planejamento e Orçamento;
 - Ministério do Esporte;
 - Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Informes.

2º dia de Reunião:

- Continuação da apresentação das ações e entregas do Governo Federal para os povos indígenas, na seguinte ordem:
 - Ministério das Mulheres;
 - Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
 - Ministério das Cidades;
- Contextualização política sobre a Pauta de Demarcação, Decreto 1.775/96, Desintrusão, Fiscalização e Comissão Especial do Supremo Tribunal Federal;
- Discussão sobre Demarcação e Desintrusão de Terras Indígenas – MJSP;
- Análise Política sobre Demarcações e o Decreto 1.775/96 – APIB;
- Debates e Encaminhamentos sobre o Tema das Demarcações e Desintrusão;
- Discussão sobre a Pauta Climática e as COPs – MPI.

Informes

- Solicitação de revisão e correção da ata da 2^a Reunião Ordinária do CNPI para: i) verificar como a informação sobre comitê regional da PNGATI foi incluída; e ii) corrigir o nome de Carla Jarraira;
- Abertura o prazo para destinação de emendas parlamentares. Secretário Eloy Terena (MPI) informou que será compartilhada a cartilha de emendas do MPI, com orientações sobre as ações orçamentárias previstas e a modalidade de execução;
- Realização de reunião extraordinária **online** do CNPI no dia **12 de dezembro de 2024** às 10h. Convocatória para votação das Resoluções propostas pela APIB será encaminhada pela Secretaria Executiva do CNPI.

Apresentação dos Coordenadores das Câmaras Temáticas (CTs)

CT I - Direitos territoriais, demarcação, proteção e gestão territorial e ambiental

Objetivos propostos

- Receber, propor, encaminhar e monitorar denúncias, ameaças e violações aos direitos territoriais dos povos indígenas aos órgãos competentes. As denúncias recebidas deverão ser encaminhadas à Secretaria do CNPI para posterior encaminhamento;
- Propor aos órgãos competentes medidas a serem adotadas para o reconhecimento, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas;
- Propor e contribuir com a construção e formulação de políticas públicas voltadas à desintrusão e de segurança pública de terras indígenas;
- Propor, monitorar e aperfeiçoar a construção e implementação dos instrumentos de gestão territorial indígena e da PNGATI;
- Monitorar e avaliar o planejamento físico e orçamentário das ações do Poder Executivo voltadas à demarcação, regularização fundiária, proteção, fiscalização e gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

Temas prioritários

- Demarcação, regularização fundiária e desintrusão de terras indígenas;
- Construção de estratégias para assegurar a declaração de inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023 e avançar nos processos demarcatórios de terras indígenas, contribuindo para a Política Nacional de Desintrusão de Terras Indígenas em interface com a PNGATI;
- Proteção, fiscalização e segurança pública em terras indígenas;
- Avançar na regulamentação do poder de polícia da FUNAI;
- Aprofundar o enfrentamento ao avanço do crime organizado em terras indígenas;
- Aprofundar a discussão interinstitucional para aperfeiçoamento das estratégias de proteção de terras indígenas em áreas fronteiriças;
- Construção de uma Política Nacional de Segurança Pública em terras indígenas;
- Gestão ambiental e territorial de terras indígenas;
- Rede+ e ausência de consulta;
- Aprimoramento dos IGATIs;
- Mudanças climáticas;
- Mineração em terras indígenas;
- Licenciamento ambiental e arrendamento.

Atividades e produtos da CT

- Apresentar e dar conhecimento sobre a agenda transversal dos povos indígenas (PPA 2024 – 2027), das ações do Poder Executivo voltadas para a proteção e efetivação dos direitos territoriais, em especial MPI, FUNAI, MJSP, IBAMA, ICMBIO, INCRA, dentre outros;

- Compartilhar e aprofundar os conhecimentos sobre a legislação de demarcação de terras indígenas, em especial o Decreto 1.775/96 e sua interface com a Lei nº 14.701/2023;
- O ICMBIO prevê o cronograma de alteração das nomenclaturas das unidades de conservação com sobreposição às terras indígenas, substituindo os nomes atuais pelas nomenclaturas indígenas;
- Compartilhamento de estratégias e informações sobre a participação indígena nos órgãos de discussão das COPs;
- Reforçar a proposta de vinculação da demarcação de terras indígenas como estratégia de mitigação à adaptação climática;
- Reforçar as incidências do Poder Executivo para assinatura de atos executivos demarcatórios, publicação de RCID, assinatura de portarias declaratórias e decretos homologatórios, que não tem entraves judiciais, em especial aqueles que constam no plano de 100 dias de Governo.
- No Poder Judiciário, via CNJ, mitigar os entraves judiciais que paralisam ou anulam demarcações de terras indígenas;
- Articular a *CT I - direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental* do CNPI com a Câmara Técnica V da CG-PNGATI para assegurar a interface de informações e otimização das estratégias entre as instâncias de gestão compartilhada do CNPI e da CG-PNGATI;
- Oficiar os órgãos do Governo Federal competentes sobre o andamento da regulamentação do poder de polícia da FUNAI, bem como solicitar reunião com a FUNAI para apresentação da proposta aos membros deste CT de direitos territoriais;

Propostas de Resolução

- Proposta de Resolução do CNPI ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, recomendando a revisão do Decreto 10.193/2019, em função de dificultar as ações da política indigenista da FUNAI, em especial de proteção das terras e dos povos indígenas;
- Proposta de Resolução do CNPI ao Congresso Nacional, recomendando a não tramitação do PL 2.159/2021, antigo PL 3.739/2004, PL da Lei Geral do Licenciamento.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

Encaminhamentos

- Sobre a Regulamentação da Convenção nº 169: a CGRPR coordena e realiza diálogos com órgãos de governo para levantamento do acúmulo existente. Em uma etapa posterior, está prevista a elaboração de plano de trabalho que contemple a participação da sociedade civil;
- Elaboração de projeto piloto com a Casa Civil, MT, MME, FUNAI e MPI para realização da consulta na etapa anterior ao licenciamento (novo PAC);
- Sobre a revisão do PL do CNPI: foi encaminhado documento à Secretaria Executiva do CNPI solicitando substitutivo do PL, o qual será avaliado na próxima reunião da CT;
- Solicitação aos Conselheiros presentes nas demais CTs que informem sobre a instância de participação a nível estadual e municipal em suas regiões, e se existe participação efetiva de indígenas. Será disponibilizado formulário às organizações indígenas e aos conselheiros para relato das informações. Data acordada para preenchimento do formulário: 15 de janeiro de 2025.

- Proposta de seminário nacional de autodeterminação e reconhecimento étnico, a ser realizado no 1º semestre de 2025.

Atividades e produtos

- Consulta à Casa Civil sobre a lista de empreendimentos em terras indígenas;
- Levantamento de dados sobre empreendimentos em terras indígenas junto às organizações indígenas;
- Mapeamento das instâncias de participação a nível federal, estadual e municipal, com apoio das organizações indígenas;
- Levantamento de protocolos de consulta e de repositórios já existentes;
- Resgate histórico do CNPI.

CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social

Encaminhamentos

- Solicitar ao Plenário do CNPI que se manifeste sobre a necessidade de garantir a continuidade do atendimento da saúde indígena por todos os DSEIs, sem desassistência a nenhum deles;
- Recomendar a instituição de um GT específico para discutir saúde mental, a atenção psicossocial e o bem-viver indígena, inclusive para pessoas com transtorno do espectro autista;
- Recomendação ao MS que altere a portaria que restringe a compra de medicamentos pela saúde indígena apenas para a atenção primária;
- Atendimento com agilidade da demanda de fornecimento de água potável de forma constante e permanente para os povos indígenas (uso de tecnologias diversas a depender do território);
- Recomendação de que seja criado sistema de regulação específico para os povos e pessoas indígenas terem acesso a serviços de alta e média complexidade da saúde;
- Indicação de representantes do CNPI nas discussões sobre a AgSUS e nas reuniões do FPCondisi. Foram eleitos um representante e um suplente para cada uma das pautas:
 - FPCondisi: Ubirajara Nazareno Sompre (Titular); Cássia Ribeiro/Ruth (Suplente);
 - AgSUS: Lindomar Santos Rodrigues/Lindomar Xoko (Titular); Cacique Sandro Gomes Barbosa/Sandro Potiguara (Suplente).
- Assistência social: solicitação ao MDS que se façam 5 encontros, um por região, para discutir o SUAS para os povos indígenas;
- Realização de capacitação/formação sobre a responsabilidade da FUNAI e do MDS para qualificação da participação de pessoas indígenas em conselhos de assistência social municipais, estaduais e do Distrito Federal, bem como para construção dos planos de assistência social de seu ente federativo de forma a contemplar os povos indígenas;
- **Proposta de ampliação do escopo da CT para incluir discussão sobre previdência social, de modo a contemplar o tripé da seguridade social (saúde, assistência e previdência social).**

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

Objetivos propostos

- Criação da secretaria de educação escolar indígena: gestão do MPI junto ao movimento indígena para garantir a criação desta estrutura dentro do MEC em 2025;
- Criação do sistema de educação nacional indígena: elaboração da proposta em parceria com o MEC, MPI, FNEEI, SENEI e FUNAI;
- Criação do Fundo Nacional para Educação Escolar Indígena (FUNDEPI): elaboração da proposta em parceria com o MEC, MPI, FNEEI, SENEI e FUNAI;
- Criação da carreira do professor indígena, contribuindo para a valorização dos profissionais da educação indígena, com concurso público específico e plano de cargos e salários (MEC, MPI, FNEEI, SENEI, FUNAI);
- Criação da Universidade Indígena: necessidade de etapa a nível nacional para encaminhamentos. Necessidade de aprovação urgente do PL da Universidade Indígena para contemplar todas as regiões.
- Formação sobre o programa para gestão de professores indígenas: gestão mais autônoma, dependente da escuta das comunidades para elaboração do documento em diálogo com os gestores;
- Elaboração de PL para criação da política nacional de valorização e fortalecimento das línguas indígenas brasileiras (MEC, MPI, FNEEI, SENEI);
- Criação de política de educação especial indígena (2025/2026), devido à grande demanda e falta de profissionais qualificados para atuar em sala de aula;
- Elaboração de instrumentos normativos para melhoria no acesso, permanência e êxito de indígenas nas universidades federais, estaduais e institutos. Destacou necessidade de auxílio técnico para elaboração dos instrumentos normativos;
- Educação bilíngue para indígenas surdos e mudos (MEC, FNEEI, SENEI);
- GT nacional de línguas indígenas
- Criação do observatório de práticas pedagógicas e gestão escolar para consolidação de experiências dentro dos territórios indígenas (SECADI), articulação com organizações dentro dos territórios etnoeducacionais;
- Criação da coordenação e secretaria para educação indígena nos Estados e Municípios, com garantia de seminários locais para a criação (MEC, SECADI, MPI);
- Garantir a participação de representante indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE) para a construção das políticas indigenistas educacionais.
- Garantir a participação de membros do FNEEI na CT;
- Elaboração e publicação de materiais didáticos indígenas para as redes municipais e estaduais, inclusive bilíngues;
 - Apresentação de plano para a elaboração dos materiais (MEC, MPI, CAPEMA).
- Recomendação para as universidades criarem conselhos de sábios indígenas, ainda que não tenha estudantes indígenas na universidade. Proposta aprovado pelo Pleno do Conselho Nacional de Cultura.
- Articulação entre FUNAI e SESAI para atendimento nas escolas e acompanhamento de crianças e adolescentes com deficiência;
- Elaboração de orientação para o reconhecimento, construção e contratação de notórios saberes indígenas em universidades;
- Monitorar os Municípios e Estados com relação à educação escolar indígena e suas especificidades, para o cumprimento da Lei nº 11.645/2008 (MEC, MPI, FNEEI);

- Fortalecer os PETs indígenas e NEABIs nas universidades, verificando se estão em funcionamento e organizados;
- Ampliar o quadro técnico das instituições para realização de concursos públicos e contratação de consultoria;
- Qualificar o quadro técnico das instituições a partir cursos e formações continuadas.

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LTBTQIAPN+

Objetivos propostos

- Fomentar políticas públicas para a prevenção, o enfrentamento e o cuidado às vítimas de violência de gênero contra mulheres e meninas indígenas, e LTBTQIAPN+;

Composição

- Jozileia Kaingang (ANMIGA) – Coordenação Indígena;
- Mayla Karajá (COIAB) – Co-coordenação Indígena;
- Lídia Lacerda (FUNAI) – Coordenação Governamental;
- Thaynara Sipredi (SESAI) – Co-coordenação Governamental;
- Romeu de Lima Neto (FUNAI) – Secretaria;
- Jociele Luiz (ARPIN – Sul) – Secretaria;
- [nome não identificado] Krikatí (COIAB);
- Marilda de Oliveira (CGY/CNPI)
- Caroline Romeiro (CNPI);
- Rosenilda de Freitas (ANMIGA);
- Jaqueline Calafate (SESAI);
- Luma Kamayurá (MPI);
- Pagu (Ministério das Mulheres);
- Cleber de Almeida (Arpinsul/Suplente);
- Claudia Lopes (CGY);
- Élio Fernandes (CGY);
- Larissa Pankararu (MPI);
- Sandro Luckmann (FLD-COMIN).

Atividades e produtos

- Materiais de combate à violência;
- Envolvimento da CT na definição de orçamento público;
- Garantia de equidade de gênero em espaços de decisão;
- Criação de plano de enfrentamento à violência contra a mulher indígena;
- Rede de qualificação que promova a segurança de mulheres indígenas, crianças e LTBTQIAPN+.

Cronograma de atividades

- De 06 a 10 de março de 2025, em Brasília, realização da Conferência Nacional de Mulheres Indígenas – etapa Copaíba;
 - Documento base: mobilização nacional das mulheres indígenas 2024/2025;
 - Responsáveis: MPI e ANMIGA.
- De fevereiro a junho de 2025, realização do Projeto Tecendo Direitos: construindo estratégia nacional para indígenas LGBTQIAPN+;
 - Responsáveis: MPI e Coletivo Tybyra.

CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos

Encaminhamentos

- Mapeamento das políticas públicas para os povos indígenas dentro dos Ministérios;
- Apresentação dos achados do mapeamento pelos representantes da CT até 07 de fevereiro de 2025;
- Realização de 3 reuniões dos eixos da CT;
- Apreciação dos resultados do mapeamento para análise das políticas públicas.

Apresentação das ações e entregas do Governo Federal para os Povos Indígenas

- **SESAI:** representada pelo Secretário Weibe Tapeba, apresentou a transição da força de trabalho da saúde indígena em decorrência da criação da AgSUS, destacando o encerramento do modelo convenial até 31.12.2024, em resposta à Ação Civil Pública que exige substituição dos contratos conveniais por concurso público. A transição visa garantir a continuidade da assistência, segurança jurídica e dignidade aos trabalhadores e comunidades. A proposta inclui a migração gradual de 24 distritos e duas CASAIs até o final de 2025, iniciando em 10 distritos vinculados à AgSUS a partir de 01.01.2025. Informou que está em andamento diálogo junto ao Tribunal Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério Público Federal e à assessoria da União para apresentar nova proposta de acordo judicial, com plano de transição de mudanças de parte dos distritos já para o começo do ano que vem e no decorrer de 2025.
- **FUNAI:** representada pela Presidente Joenia Wapichana, relatou avanços como a criação e recomposição de Grupos de Trabalho (GTs) para atender prazos judiciais e demandas prioritárias, e o fortalecimento institucional com previsão de concurso público para recomposição do quadro técnico em 2025. Destacou ações de desintrusão, produção de placas de identificação territorial, apoio ao etnodesenvolvimento e medidas para modernização e organização interna. Ressaltou, ainda, o acompanhamento de processos judiciais e administrativos relacionados à demarcação, fiscalização e proteção territorial, além da atuação em instâncias deliberativas e no enfrentamento à tese do marco temporal.

- **Ministério do Turismo:** foram destacadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento do turismo responsável e comunitário em territórios indígenas e comunidades quilombolas, incluindo os projetos "Brasil Turismo Responsável" e "Experiências do Brasil Original". As ações envolvem a produção de materiais técnicos, capacitação de gestores e prestadores de serviços, mapeamento de comunidades indígenas turísticas, e a criação da Rede Nacional Indígena de Etnoturismo. Resultados incluem o Seminário Nacional de Etnovivências, o lançamento de um manual metodológico, a capacitação de 170 pessoas, o desenvolvimento 40 experiências turísticas, e apoio à comercialização destas experiências. Com cooperações interministeriais em andamento, a expectativa é transformar a iniciativa em um programa governamental e expandir o etnoturismo, com foco na valorização cultural e sustentabilidade.
- **Casa Civil:** foi reforçado o compromisso do governo federal com a pauta indígena, destacando a transversalidade nas ações para povos indígenas, com 114 iniciativas articuladas entre 33 órgãos. No âmbito da desintrusão, foi informado que 4 das 8 terras indígenas determinadas pela ADPF 709 já estão em processo de desintrusão, com operações em andamento nas TIs Yanomami e Munduruku. Foram mencionados avanços na segurança alimentar e educação no caso Yanomami, além de parcerias com universidades para o desenvolvimento de territórios. Foi ressaltada a importância de dados de monitoramento, disponíveis em seção no site da Casa Civil, e enfatizada a colaboração federativa para enfrentar desafios e definir prioridades nos territórios indígenas.
- **Secretaria-Geral de Presidência:** foi destacado o compromisso da Secretaria em apoiar o diálogo entre as comunidades e os ministérios responsáveis, facilitando a comunicação com outros órgãos da administração. Foi informada a criação de grupos de trabalho para ampliar a compreensão e divulgação da Convenção nº 169 da OIT. Além disso, ressaltou-se que a Secretaria dispõe de instrumentos para realizar visitas de campo com o objetivo de atender demandas, acompanhar solicitações e fornecer respostas efetivas.
- **Ministério da Educação:** foi apontada a insuficiência de políticas estruturantes para garantir ações e programas contínuos, com foco na formação de professores para superar gargalos e promover a educação escolar indígena com equidade. Destacou-se a importância do retorno da SECADI para a criação e acompanhamento de políticas específicas, especialmente na interface com os demais ministérios, e a criação da Diretoria de Educação Escolar Indígena, que proporcionou maior estrutura de recursos e autonomia para a condução de políticas, embora ainda persista a demanda por uma secretaria especial. Sublinhou a atualização da Política Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), a discussão para a criação de um sistema nacional de educação com o subsistema nacional de educação escolar indígena e estratégias específicas de formação de professores indígenas. Foi informado sobre o salto de recursos para a SECADI desde 2023 e o lançamento do programa Parfor Equidade, com 7.000 vagas oferecidas. Mencionada a formação continuada de professores, a interface com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o aumento no orçamento para o Programa Bolsa Permanência. Também foi abordada a discussão sobre a criação da Universidade Indígena, que contou com a realização de 20 seminários regionais para escuta das comunidades. Relatou investimentos em ações emergenciais no Mato Grosso do Sul e os esforços para os territórios Yanomami e Ye'kwana, com a construção de 4 escolas e 10 espaços de saberes por autogestão, ações para formação de professores e entrega de materiais escolares, além de recursos para custeio e administração.

- **Ministério do Planejamento:** foi ressaltado que, embora o Ministério não atue diretamente em políticas finalísticas para indígenas, contribui para o desenvolvimento do PPA 2024 – 2027, marcado por participação ampla e integração com ações interministeriais. Mencionada a realização de fóruns e 27 plenárias estaduais com 34.000 participantes para construção do planejamento. Destacou-se que a Agenda Transversal dos Povos Indígenas foi definida em sete dimensões: posse plena das terras indígenas, gestão territorial e ambiental, sociobioeconomia, saúde, educação, direitos pluriétnicos e culturais, e capacidade institucional. Foi informado que, a partir de 2025, relatórios periódicos serão disponibilizados para monitorar e ajustar a implementação de cada dimensão.
- **Ministério do Esporte:** foi informado que as discussões sobre esporte e lazer relacionados às pautas indígenas estão sendo retomadas, com foco na democratização do acesso ao esporte e ao lazer de forma continuada. O objetivo é implementar, desenvolver e financiar programas e ações. Informou-se, ainda, a realização de tratativas com a Coordenação de Esporte do MPI para qualificar e ajustar iniciativas já realizadas com financiamento.
- **Ministério da Justiça e Segurança Pública:** foi apresentada a Secretaria de Acesso à Justiça, destacando que a competência para emissão de portaria declaratória foi realocada para esta Secretaria em julho de 2023. Apresentado resumo o procedimento de demarcação das terras indígenas. Informou-se que, desde junho de 2023, foram recebidos 37 procedimentos demarcatórios e que, em 2024, foram atingidos 45% das metas previstas pelo PPA (2024-2027). Foi relatada preocupação com a questão de drogas e substâncias ilícitas em terras indígenas. Além disso, foi destacado o projeto Línguas Vivas no Direito, realizado em parceria com o MPI, para traduzir a Constituição Federal em três línguas indígenas, facilitando o conhecimento da cosmovisão indígena no Judiciário. Por fim, ressaltou-se o problema do garimpo ilegal em terras indígenas e a importância do controle da cadeia do ouro como medida efetiva para a desintrusão, mencionando o PL encaminhado.
- **Ministério das Mulheres:** foram destacadas as ações focadas na parceria interministerial, como a pesquisa sobre violência contra mulheres indígenas em parceria com a UnB, com conclusão prevista para março de 2025. Anunciada a criação da Casa da Mulher Indígena (CAMI), projeto de proteção e acolhimento para mulheres indígenas em situação de violência, com construção inicial planejada por Bioma em parceria com a UnB. Além disso, foi informada a elaboração de um Protocolo de Atendimento e da Política Nacional de Prevenção à Violência contra Mulheres Indígenas, com apresentação prevista na Primeira Conferência Nacional de Mulheres Indígenas. Destacou-se os trabalhos desenvolvidos em parceria com o MPI para programas específicos como o Tecendo Bem-viver e Quintais Produtivos para atender mulheres Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Foram destacados os eixos prioritários da Política Nacional, incluindo complementação da Lei Maria da Penha, proteção aos direitos sexuais e reprodutivos, combate ao racismo ambiental e apoio às mulheres indígenas defensoras de direitos humanos.
- **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania:** foram apresentadas diversas ações em parceria com o MPI, FUNAI, SESA e outros órgãos. Destacou o Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, reestruturado após decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com elaboração do Plano Nacional de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Também foi apresentado o Centro de Referência em Direitos Humanos para Populações Indígenas, em parceria com a FUNAI, para atendimento jurídico, psicológico e

notarial ao povo Yanomami em Boa Vista. Outras iniciativas incluem a criação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, com entrega prevista para 2025 em Roraima; a implementação da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, com visitas itinerantes para acolher denúncias; a formação de Promotores Indígenas de Direitos Humanos, em colaboração com a UnB e UFMG; e o programa Bem Viver+, que oferece apoio a jovens LGBTQIA+ indígenas no Mato Grosso do Sul. Foi destacado também o Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas, integrado ao MDHC, para fornecer dados e formar políticas públicas. Por fim, foi ressaltado o compromisso do MDHC com os povos indígenas e o fortalecimento da rede de apoio através do Gabinete de Crise Guarani-Kaiowá, que agora funciona como sala de situação permanente.

- **Ministério das Cidades:** foram apresentadas informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, recriado em 2023 com recursos do orçamento da União. O programa inclui o Minha Casa Minha Vida Rural, que também atende comunidades indígenas, com 161 propostas selecionadas em abril de 2024, totalizando 5.909 unidades habitacionais. A expectativa é dar início a um novo processo de seleção em março de 2025. Foram apresentadas as modalidades do programa e como acessar informações no site do Ministério. Além disso, foi informada a existência de comitê com participação do Governo Federal e da sociedade civil para discutir desafios na execução do programa, com representação indígena.

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA SOBRE A PAUTA DE DEMARCAÇÃO, DECRETO 1.775/96, DESINTRUSÃO, FISCALIZAÇÃO E COMISSÃO ESPECIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISCUSSÃO SOBRE DEMARCAÇÃO E DESINTRUSÃO DE TERRAS INDÍGENAS – MJSP

ANÁLISE POLÍTICA SOBRE DEMARCAÇÕES E O DECRETO 1.775/96 – APIB

- Ricardo Terena (APIB) e Janete (FUNAI) apresentaram discussões sobre a demarcação de terras indígenas e os desafios legais enfrentados. Ricardo destacou as implicações da Lei 14.701/2023 no Decreto 1.775/96, apontando que recursos protelatórios e o direito de contraditório, exercido pelos Municípios, pode contribuir para aumentar a morosidade nos processos. Janete apresentou um balanço das ações de demarcação para 2024 e perspectivas para 2025, mencionando a atuação de mais de 151 grupos técnicos e a análise de 530 reivindicações fundiárias. Destacou avanços como a conclusão de três Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCITs), 12 Terras Indígenas (TIs) em fase de contraditório e 101 procedimentos impactados por decisões judiciais. Além disso, abordou parcerias estratégicas com instituições como a Finatec e a Embaixada do Reino Unido. A FUNAI também relatou progressos no geoprocessamento e na regularização fundiária, com a expectativa de 15 levantamentos para 2025. Por fim, mencionou desafios como o fortalecimento da regulamentação do poder de polícia da FUNAI e os efeitos da judicialização nos processos de demarcação. Dados sobre os povos indígenas isolados e o papel das terras indígenas no combate ao desmatamento também foram destacados, com dados comparando perdas de vegetação em terras protegidas versus áreas não indígenas.

DISCUSSÃO SOBRE PAUTA CLIMÁTICA E AS COPS – MPI

- A Ministra Sonia Guajajara (MPI) e Francisco Filippo (MPI) apresentaram atualizações sobre a preparação para a COP30. Francisco destacou o curso Kuntari Katu para a formação de lideranças indígenas em diplomacia, a iniciativa do Itamaraty para oferecer duas bolsas de estudo e a proposta de cotas para indígenas. Informou, ainda, sobre o edital para curso de inglês em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos. Mencionou resultados da COP da Biodiversidade, como a criação do Fundo Cali e a consolidação de órgão subsidiário para priorizar contribuições indígenas. Discutiu-se também estratégias para fortalecer a participação indígena na COP30, incluindo a criação de espaços como a Aldeia-COP e o Pavilhão Indígena. A Ministra Sônia Guajajara enfatizou a necessidade de um processo de formação prévia, o fortalecimento da representação indígena e articulações por meio das organizações credenciadas no ECOSOC, além da elaboração da NDC indígena a ser aprovada antes da conferência.

Encaminhamentos e Acordos

Secretaria Executiva do CNPI

1. Encaminhar a convocatória da reunião extraordinária do CNPI, a ser realizada em 12 de dezembro de 2024, às 10h, na modalidade virtual;
2. Para as próximas reuniões, delimitar no cronograma o período de tempo para apresentação das propostas de Resolução e discussão pelo Pleno.

Câmaras Temáticas

1. Pactuação de questões sobre funcionamento das CTs;
2. Realização de reuniões das CTs que antecedem a Plenária preferencialmente no formato virtual. Caso seja necessária a realização de reunião extraordinária presencial da CT, o Coordenador deve enviar solicitação por escrito para a Secretaria Executiva do CNPI, com 30 dias de antecedência, com justificativa, explicação sobre a necessidade e proposta de data para a reunião;
3. Ausência de impedimento regimental para convidar representantes não empossadas a participar das CTs. Governo pode convidar especialistas e técnicos para compor as reuniões;
4. Competência das CTs para se organizarem grupos ou subgrupos de trabalho;
5. Alteração da configuração das CTs III e VI:
Nova configuração: CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social; e CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos (supressão da menção aos direitos sociais).
6. Reafirmação da mudança de nomenclatura da CT I – Direitos territoriais, **demarcação**, proteção e gestão territorial e ambiental (inserção do termo demarcação);
7. Sugestão de que a CT III realize discussão sobre a saúde indígena e o SUS.
8. Sugestão que a CT II realize Seminário sobre Autodeterminação e reconhecimento étnico;
9. Encaminhamento nº 3 | Convite para o FNEEI participar da CT IV como membro permanente. Conforme previsto pela CT IV, o FNEEI será contatado pela própria Câmara para participar como convidado permanente da CT.

Resoluções e Recomendação

1. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 1, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2024, que reitera a constitucionalidade do Decreto 1.775/1996 no âmbito do julgamento das ações constitucionais sobre a Lei nº 14.701/2023, e dá outras providências;
2. Aprovado Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 2, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2024, que recomenda à União a realização de diagnóstico abrangente sobre o abastecimento de água nos territórios Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que o Ministério Público Federal conduza a apuração e responsabilização dos responsáveis pelos ataques à comunidade Guarani-Kaiowá e que o Supremo Tribunal Federal exija a implementação de um plano de reestruturação da Política de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

Sugestões

1. Realizar seminário nacional sobre a Universidade Indígena até abril de 2025 para consolidar proposta;
2. Debater a temática sobre álcool e drogas em comunidades indígenas;
3. Elaborar Resolução sobre política de esportes para povos indígenas;
4. Deliberar proposta de construção de política pública de habitação específica para os povos indígenas;
5. Mapear os assentos em espaços deliberativos para construção e fortalecimento da participação social dos povos indígenas;
6. Convidar a Caixa Econômica, o BNDES e outros fundos para participação em reuniões futuras do CNPI;
7. Criação de GT interministerial para fortalecer a incidência e participação da sociedade civil na COP30;
8. Incluir previsão de orçamento no planejamento das organizações indígenas para apoiar a participação e preparação dos representantes indígenas para a COP30;
9. Incluir o ponto de pauta votação das Resoluções propostas no início do cronograma.

Proposta próxima pauta do CNPI

- Aprovação das Resoluções pendentes, propostas pela APIB à Plenária do CNPI.

Data da próxima reunião: 12 de dezembro de 2024, online, às 10h.